



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS BRANDÃO

Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XX – CALDAS BRANDÃO – PB – QUARTA FEIRA, 24 DE DEZEMBRO DE 2025.

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 113/2025

Altera a denominação do Conselho de Recursos Fiscais para Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, e dispõe sobre sua composição, competências e funcionamento.

O Prefeito Constitucional do Município de Caldas Brandão, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a denominação do atual Conselho de Recursos Fiscais do Município de Caldas Brandão, instituído pelo Código Tributário Municipal de 2017, que passa a ser denominado Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Município de Caldas Brandão, mantida sua natureza jurídica, com as modificações previstas nesta Lei.

Art. 2º O Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais é órgão colegiado, técnico, paritário, consultivo e deliberativo, integrante da estrutura do Gabinete do Prefeito, com as seguintes finalidades:

- I – Atuar como instância recursal administrativa em matéria tributária, assegurando o contraditório e a ampla defesa;
- II – Atuar como órgão consultivo e de controle social da política fiscal do Município;
- III – Zelar pela observância dos princípios da legalidade tributária, da anterioridade, da capacidade contributiva e da transparência fiscal;
- IV – Promover o diálogo institucional entre o Poder Público e os contribuintes.

Art. 3º O Conselho reger-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, moralidade, equidade fiscal, transparência e interesse público.

Art. 4º O Conselho será composto por, no mínimo, 6 (seis) membros titulares, sendo:

- I – 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal, dentre servidores efetivos;
- II – 3 (três) representantes dos contribuintes.

§ 1º Além dos membros titulares, serão nomeados um suplente para os representantes do Poder Executivo Municipal e um suplente para os representantes dos contribuintes.

§ 2º Os conselheiros terão mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução.

§ 3º Os representantes dos contribuintes deverão ter reconhecida idoneidade, notório conhecimento em matéria tributária.

§ 4º A presidência do Conselho será exercida pelo membro escolhido em eleição.

Art. 5º Compete ao Conselho:

I – Em caráter jurisdicional-administrativo:

- a) Julgar, em segunda instância, os recursos interpostos contra decisões da Primeira Instância Julgadora de Recursos Fiscais;
- b) Emitir instruções normativas e respostas de consultas tributárias;
- c) Proferir decisões fundamentadas e colegiadas, com efeito vinculante no âmbito administrativo, quando assim determinado por regulamento.

II – Em caráter consultivo e deliberativo:

- a) Emitir pareceres e recomendações sobre projetos de leis tributárias municipais, inclusive propostas de majoração, instituição, extinção ou alteração de tributos;
- b) Analisar e emitir parecer sobre o impacto financeiro e social de mudanças na legislação tributária municipal;
- c) Propor medidas de simplificação, racionalização e justiça fiscal;
- d) Reunir-se ordinariamente para acompanhar a execução da política tributária e fiscal do Município;
- e) Requisitar dados, estudos e informações da Secretaria da Fazenda do Município, desde que não cobertos por sigilo legal, para fins de análise das políticas fiscais;
- f) Instaurar comissões temáticas de acompanhamento e deliberação sobre temas específicos, como isenções, incentivos, cadastros, etc.

Art. 6º O Conselho funcionará por meio de Câmara de Julgamento, composta por número ímpar de conselheiros, com quórum mínimo de 3 (três) membros para deliberar.

Art. 7º As sessões do Conselho serão públicas, salvo nos casos que envolvam sigilo fiscal, e suas decisões serão fundamentadas e publicadas em meio eletrônico oficial.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CALDAS BRANDÃO**

Diário Oficial do Município

Lei Nº. 006 de 22 de junho de 2005

ADMINISTRAÇÃO PREFEITO CONSTITUCIONAL FABIO ROLIM PEIXOTO

ANO XX – CALDAS BRANDÃO – PB – QUARTA FEIRA, 24 DE DEZEMBRO DE 2025.

Art. 8º O voto será pessoal, fundamentado e obrigatório, em caso de empate, decidirá-se a favoravelmente ao contribuinte, nos termos do art. 112 do Código Tributário Nacional.

Art. 9º O processo será regido por regulamento específico do Conselho, observados os princípios do contraditório, da ampla defesa e da duração razoável do processo.

Art. 10 O Conselho poderá, por iniciativa própria ou mediante provocação fundamentada:

I – Emitir nota técnica ou recomendação formal à Secretaria da Fazenda do Município quando identificar indícios de ilegalidade, inconstitucionalidade ou desvio de finalidade na aplicação da legislação tributária;

II – Sugerir a sustação ou revisão de atos administrativos fiscais que contrariem normas superiores;

III – Solicitar esclarecimentos sobre critérios de majoração, cálculo ou lançamento de tributos, inclusive em relação à progressividade, seletividade ou regime de substituição tributária;

IV – Encaminhar relatório anual à Câmara Municipal sobre o funcionamento do sistema tributário local e suas recomendações.

Parágrafo Único - As recomendações do Conselho terão caráter não vinculante, mas deverão ser formalmente respondidas e justificadas pela administração pública no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 11 Apenas os membros efetivos do Conselho perceberão gratificação por encargo especial de atividades essenciais, conforme disciplina o Código Tributário Municipal.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Caldas Brandão/PB, em 24 de dezembro de 2025.


FÁBIO ROLIM PEIXOTO
Prefeito

